

XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara, 2007.

Demandas Sociais, Controle Social e Acumulação Flexível.

Mónica Paulino Lanes.

Cita:

Mónica Paulino Lanes (2007). *Demandas Sociais, Controle Social e Acumulação Flexível*. XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-066/245>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

DEMANDAS SOCIAIS, CONTROLE SOCIAL E ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL.

Mônica Paulino de Lanes (PIBIC/CNPq)
Vania Maria Manfroi (Orientadora)

INTRODUÇÃO:

A análise apresentada nesse artigo é um recorte dos resultados parciais da pesquisa “Análise das Demandas Sociais para os Assistentes Sociais inseridos nas Instituições Públicas da Grande Vitória”, cujo objetivo geral é analisar as demandas sociais postas pelas novas expressões da questão social para os assistentes sociais inseridos nas prefeituras da Grande Vitória analisando também a relação que esses dados estabelecem com o controle social.

A nossa proposta de trabalho é analisar as demandas postas ao Serviço Social, não a partir de si mesmas, mas num processo que considere as múltiplas determinações desse fenômeno, pois “a forma de conhecer o modo de ser dos fenômenos sociais que compõem o real processa-se mediante aproximações sucessivas ao movimento do objeto (real)” (PONTES, 2000: 99).

Assim, buscamos entender o real através das mediações: questão social, Estado, políticas sociais, e controle social como uma das formas possíveis de conectar a singularidade (as demandas) e a totalidade (a nova sociabilidade imposta pela flexibilização do capital), num processo dialético que retire do empírico as informações, e essas sejam analisadas à luz do referencial teórico, nos permitam a suspensão da cotidianidade. Para tal leitura faz-se necessário recorrer ao método crítico-dialético, pois entendemos que esse é o que mais nos aproxima das questões aqui colocadas.

Os dados estão sendo coletados em quatro municípios da Grande Vitória: Vitória, Serra, Vila Velha e Cariacica, estado de Espírito Santo (Brasil) isto porque esses têm o maior número de profissionais nas instituições públicas¹. Para a definição da amostra solicitamos das prefeituras informações referentes à alocação e formas de contratação dos profissionais. Definimos o percentual de 20% dos profissionais de cada município nas

¹ De acordo com levantamento feito com o banco de dados do CRESS (Conselho Regional de Serviço Social) da 17ª Região em 2006.

secretarias de Assistência Social. A escolha desta secretaria se deu porque essa é umas das secretarias que concentra o maior número de profissionais, e principalmente porque este é um lócus privilegiado do assistente social (IAMAMOTO, 2006).

Para melhor compreensão e análise dos dados trabalharemos com três eixos: a) Premissas da Política Social com a constituição de 1988; b) Mudanças no mundo do trabalho; c) Neoliberalismo, Focalização e Respostas Imediatistas às Demandas Sociais d) Controle Social e Participação Social. E dentro desses eixos analisaremos os dados que foram coletados com entrevistas com os gestores (dos quatro municípios já citados) de política de Assistência Social e com os Assistentes Sociais das prefeituras².

A) PREMISSAS DA POLÍTICA SOCIAL COM A CONSTITUIÇÃO DE 1988

A consolidação da política social como um direito é fato extremamente recente no Brasil e tem seu marco na Constituição de 1988. Antes desse período só havia programas fragmentados e que não constituíam direitos sociais como pode ser observado no quadro a seguir:

Períodos	Políticas Sociais ³
Anos de 30/40	Criação dos Departamentos Nacionais do Trabalho e da Saúde, do Código Sanitário, da Lei Eloy Chavez ⁴ . Instituição do salário mínimo; reestruturação do Ministério da Educação e saúde; promulgação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho); criação da SAPS (Serviço Especial de Saúde Pública) e SESP (Serviço Especial de Saúde Pública),

² Definimos o percentual de 20% dos profissionais de cada município priorizando as secretarias com maior número de profissionais. Assim estão sendo aplicados questionários para: 34 Assistentes Sociais de Vitória (12 Secretaria de Saúde, 12 da Secretaria de Assistência Social, 04 Secretaria de Habitação, 03 Secretaria de Direitos Humanos, 03 Secretaria de Gestão Estratégica), 13 Assistentes Sociais de Serra (07 da Secretaria de Saúde e 06 da Secretaria de Promoção Social), 09 Assistentes Sociais de Vila Velha (04 Secretaria de Saúde, 05 da Secretaria de Ação Social) e 15 Assistentes Sociais de Cariacica (11 da Secretaria de Assistência Social e Trabalho e 04 da Secretaria de Saúde) totalizando 71 questionários. Dada a dificuldade explicitada acima, aliada ao atraso ocasionado pela necessidade de aprovação do Projeto da Pesquisa no Conselho de Ética das Secretarias de Saúde de Vitória e Vila Velha (que demandou em mais tempo do que o previsto por conta da burocracia do processo) as análises para esse artigo serão referentes à aproximadamente 20% da amostra (16 questionários que já foram tabulados e analisados) assim trabalharemos com tendências e não com conclusões.

³ Informações retiradas de: PEREIRA, Potyara A. P. Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

	Departamento Nacional da Criança, Comissão Nacional Alimentação, SESC (Serviço Social do Comércio), SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial).
Anos 50	Inclusão da educação no Plano SALTE ⁵ (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia); apoio aos programas de Desenvolvimento de Comunidade. Criação da SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste).
Anos 60 (início e Ditadura)	No início dos anos 60: Plano Trienal com reformas Institucionais de Base, Estatuto do Trabalhador, 13º salário, salário família para o trabalhador urbano, promulgação da LOPS (Lei Orgânica da Previdência Social), Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Programa de Alfabetização de Adultos, Movimento de Educação de Base (MEB). Período da ditadura Militar: Reestruturação da máquina estatal, privilegiando o planejamento direto, a racionalização burocrática, e o saber técnico. Valorização do capital estrangeiro e concepção da política social como decorrência do desenvolvimento econômico, tornando a política social como extensão da econômica. Criação do INPS (Instituto Nacional de Previdência Social), FGTS (Fundo de Garantia por tempo de Serviço), BNH (Banco Nacional de Habitação).
Anos 70	Auge do “milagre econômico” I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) e II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento). Fortalecimento do regime autocrático, o liberalismo é relegado a segundo plano em troca da explicitação do regime de exceção. Aprofunda-se a relação entre capital estrangeiro e o fosso entre Estado e a maioria da população. Criação: Estatuto da Terra, FUNRURAL (Fundo do Trabalhador Rural para a Previdência Social) como forma de assistência social ao trabalhador Rural; PIS (Programa de Integração Social) e o PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público), CEME (Central de Medicamentos).

QUADRO 01: As Políticas Sociais no Brasil

Após o período de dominação da autocracia burguesa no Brasil houve um período de intensa mobilização da população pela redemocratização⁶ e que colocou as políticas sociais

⁴ Lei criada em 1923 que instituiu as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) onde são prestados serviços de assistência médico-curativa, forneciam medicamentos, aposentadoria por tempo de serviço, velhice e invalidez, pensões, para dependentes dos empregados e auxílio-funeral (Teixeira apud Mota, 2005: 168).

⁵ O primeiro a incluir setores sociais como saúde e alimentação.

⁶ Pereira (2007) afirma que Vários movimentos sociais se revigoram em torno do pleito pela democracia, e que em consequência disso houve uma proliferação de políticas sociais como respostas estratégicas ao descontentamento da sociedade civil. A autora cita os seguintes movimentos: Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Igreja Católica Progressista com suas Comunidades Eclesiais de Base

como um ponto fixo na agenda de reformas institucionais. Todo esse processo de mobilização culmina com o reconhecimento dos direitos sociais através da Constituição de 1988, também denominada de “Constituição Cidadã” por se caracterizar pelo reconhecimento dos direitos sociais responsabilizando o Estado pela regulação, financiamento e provisão de políticas sociais, bem como pela universalização do acesso aos benefícios e serviços.

Outra característica importante da nova Constituição foi a criação de alguns princípios para a execução das políticas sociais como a *descentralização político-administrativa*, dividindo com os municípios a responsabilidade na execução de políticas sociais, e do *Controle Social*, como uma abertura para uma nova relação entre Estado e sociedade civil através de espaços “onde os protagonistas sociais, em seus esforços, passaram a participar da formulação de projetos voltados para o atendimento de suas realidades e necessidades sociais” (CALVI, 2007:88), tais como:

[...] mecanismos de democracia semidireta – como a municipalização, o plebiscito, o referendo e a ação popular, seguidos da construção de um pacto federativo (com a descentralização de responsabilidades da esfera federal para a estadual), bem como de mecanismos de controle democrático - como os Conselhos de Políticas Públicas e de defesa de Direitos, de caráter deliberativo e representação paritário do Estado e da Sociedade na sua composição (PEREIRA, apud CALVI 2007:87).

No entanto, todas as conquistas desse período sofreram diversos retrocessos com os impactos da Reestruturação Produtiva, as mudanças no mundo do trabalho e a resposta neoliberal.

B) MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO

CARCANHOLO e NAKATANI (1999) afirmam que grande parte dos autores aceita que uma das características que demarcam o capitalismo contemporâneo consiste na “financerização ou a generalização do movimento especulativo do capital”. Para esses autores

(CEB), União Nacional dos Estudantes (UNE), e há ainda novas categorias sociais (feministas, donas de casa, funcionários públicos, frações do empresariado) e de uma combativa classe operária (a do ABC paulista).

(...) o capital industrial converte-se em capital especulativo e sua lógica fica totalmente subordinada à especulação e dominada pelo parasitismo. Dessa maneira, é a lógica especulativa do capital sobre sua circulação e reprodução no espaço internacional que define esta etapa nova. Sem dúvida, esse fenômeno está associado à quebra do padrão monetário internacional a partir dos anos 70. (CARCANHOLO e NAKATANI, 1999: 03).

Os autores supracitados afirmam que com a queda da taxa de lucro do capital, este busca também no processo de financierização, através do capital especulativo parasitário, uma forma de recompor a taxa de lucro, porém o faz de forma que se apropria da mais-valia, mas não contribui para a sua criação, como o capital industrial e as outras formas autonomizadas do capital. Ele não prescinde do processo produtivo para obter o lucro, nem sob a forma de transferência de valor.

Contudo, todo este processo acarreta um aumento da exploração dos assalariados, aumento da mais-valia absoluta e relativa e a generalização da pobreza.

ANTUNES (2002) analisando, também, a crise do capitalismo nos anos 70 afirma que a forma de enfrentamento desta foi a implementação de um amplo processo de reestruturação do capital, porém, procurou-se enfrentar a crise “somente na sua superfície, na sua dimensão fenomênica, isto é, reestruturá-la sem transformar os pilares essenciais do modo de produção capitalista” (2002:36).

Esse processo de reestruturação, chamada de reestruturação produtiva, ocasionou mudanças fundamentais no mundo do trabalho. Gestou-se, então a transição do padrão taylorista e fordista anterior para novas formas de acumulação flexibilizada.

HARVEY (1989) sustenta a tese de que já nos anos sessenta há indícios de problemas no fordismo, para ele “(...) o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente, a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo”(HARVEY, 1989:135). Ele afirma que as dificuldades do fordismo podem ser expressas numa palavra: a rigidez. Isto tanto para os investimentos de capital fixo, nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho. O único espaço de resposta flexível, segundo o autor, estava na política monetária, na capacidade de imprimir moeda. Desta

forma, iniciou-se um uma onda inflacionária que culminaria na queda da expansão do pós-guerra.

O autor salienta que

A profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocante torpor da “estagflação” (estagnação da produção de bens e alta inflação de preços) e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em consequência, as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e reajustamento social e político. (...) A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. (HARVEY, 1989:140)

Assim, tem-se início um novo processo de acumulação capitalista ou acumulação flexível ou baseada no toyotismo, que busca recuperar o ciclo produtivo e ainda a manutenção de sua hegemonia.

Para HARVEY (1989) e ANTUNES (2002) este novo processo de acumulação passa pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, inovação comercial, tecnológica e organizacional. Surge o setor de serviços, a subcontratação, a terceirização. O desemprego estrutural passa para níveis relativamente altos, e há um retrocesso do poder sindical.

A partir deste novo cenário, alguns autores defendem a tese de que, na sociedade contemporânea, não há mais a centralidade da categoria trabalho. Como resultado de todo esse processo de reestruturação o trabalho não é mais gerador de valor, ou seja, que a riqueza capitalista não depende mais do trabalho humano, e que por conta disto não há mais luta de classes.

NAKATANI (s/d) sustenta a tese de que não vivemos na era do fim do emprego e que o trabalho assalariado continua sendo a fonte de riqueza e do valor. Tese também defendida por ANTUNES que afirma que apesar da “redução quantitativa (com repercussões qualitativas) no mundo produtivo, o trabalho abstrato e cumpre papel decisivo na criação de valores de troca” (2005:83).

Para ANTUNES (2005) se entendermos que a sociedade ainda é movida pela lógica do capital, a crise do trabalho só pode ser entendida se for analisada sob a perspectiva da teoria marxiana, ou seja, a redução do trabalho vivo e ampliação do trabalho morto. O autor, baseado na teoria marxista e marxiana, afirma que o trabalho possui dupla dimensão: a dimensão do trabalho concreto (útil), e a dimensão do trabalho abstrato.

O trabalho, originariamente, é o processo pelo qual o homem se constitui como ser humano, é o mecanismo que possibilita ao homem transformar a natureza e transformar-se.

(...) Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. (MARX, 1985:50).

Assim, o trabalho existe e sempre existiu em todas as sociedades, independente das formas sociais. Neste aspecto o trabalho se constitui como trabalho concreto ou útil.

Mas com o desenvolvimento das formas sociais capitalistas e a conseqüente divisão do trabalho, este ganha uma outra dimensão: a de ser, também, trabalho abstrato, que segundo ANTUNES (2005), refere-se à forma fetichizada, alienada, estranhada, onde o sujeito humano transforma-se em coisa, e não se reconhece no processo produtivo.

Desconsiderar essa dupla dimensão do trabalho, para o autor supracitado, é o que permite que a crise do trabalho abstrato seja entendida, equivocadamente, como a crise do trabalho concreto. Desta forma ele afirma que não há uma crise do trabalho, mas uma crise do trabalho abstrato.

O autor conclui que apesar da heterogeneização, complexificação e fragmentação a classe trabalhadora não se caminha para a sua extinção, ou seja, a sociedade atual mantém a luta de classes, as configurações desta luta se alteraram, mas a essência, a divisão desta sociedade em classes antagônicas, permanece.

O contexto de alteração do mundo de trabalho pôde ser percebido claramente na nossa pesquisa que será representado no QUADRO 02 e no gráfico1:

Vínculo Empregatício	Vitória		Serra		Cariacica		Vila Velha	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Efetivos / estatutários	69	38,9%	65	91,5%	3	5,3%	10	17,9%
Contratados	105	59,3%	2	2,8%	53	93%	46	82,1%
Celetistas	1	0,5%	4	5,6%	1	1,7%	0	0%
Cedidos	2	1,1%	0	0%	0	0%	0	0%
Total	177	100%	71	100%	57	100%	56	100%

QUADRO 02: Programas Municipais das Secretárias de Assistência Social.⁷

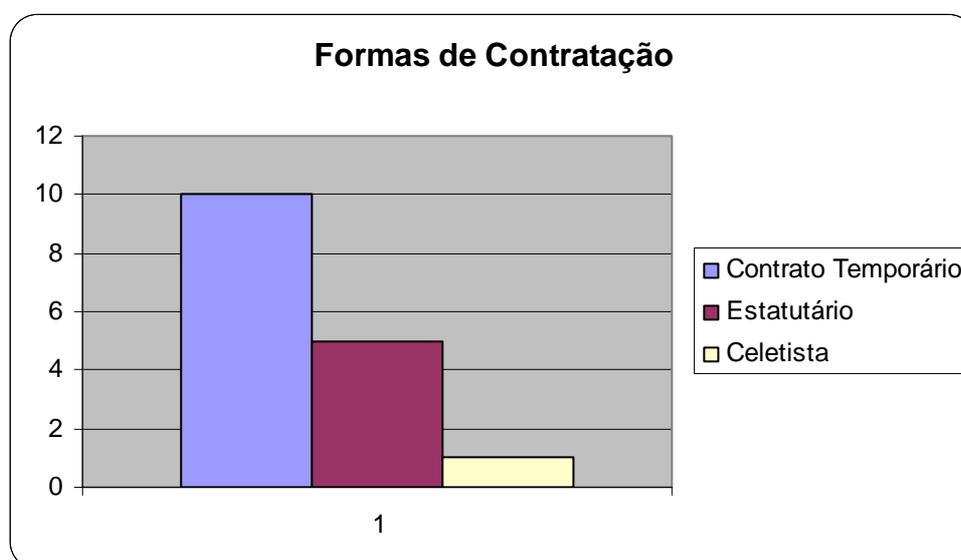


GRÁFICO 01: FORMAS DE CONTRATAÇÃO

Percebemos que 56.25% dos profissionais analisados têm contratos precários de trabalho. Para a melhor compreensão dos dados abaixo é preciso primeiramente entender que dos 16 entrevistados, 07 Assistentes Sociais (43.75%) trabalham na instituição no intervalo de 02

⁷ Informações cedida por Jacqueline Malacarne Mendonça também pesquisadora do grupo.

a 05 anos, o que poderia demonstrar uma aparente estabilidade, no entanto, analisando os dados mais de perto percebemos que 04 deles são estatutários, assim fazem parte do total dos 37.5% dos profissionais com vínculo estável; e 02 deles atuam como coordenadores, ou seja, têm contratos temporários, mas o cargo é comissionado podendo ser ampliado por um prazo maior.

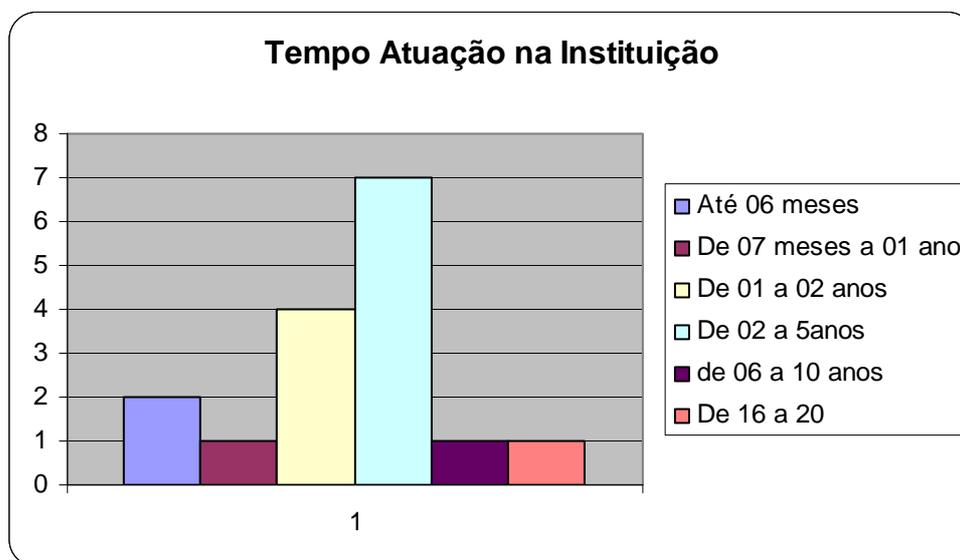


GRÁFICO 02: TEMPO DE ATUAÇÃO NA INSTITUIÇÃO

Ou seja, o tempo máximo que esse profissional trabalhará nessa instituição é de 03 anos⁸, o que pode ser confirmado pelo GRÁFICO 02 quando podemos ver que 43.75% desses profissionais estão na instituição no período que vai de 02 a 05 anos e 25% no período de 01 a 02anos. O que pode indicar uma dificuldade na continuidade das ações, bem como na apropriação das demandas da instituição e do usuário.

Assim, percebe-se que as alterações do mundo do trabalho incidem claramente sobre o setor público municipal, articulado à perspectiva neoliberal.

⁸ Ressalvada a situação explicitada acima dos cargos comissionados. E lembrando ainda que a maior parte dos contratos é de 02 anos podendo ser prorrogado por mais 01 ano. No entanto, há Contratos de Trabalho que tem o prazo de 06 meses.

C) NEOLIBERALISMO, FOCALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS E RESPOSTAS IMEDIATISTAS ÀS DEMANDAS S SOCIAIS

Uma das formas construídas para o enfrentamento do cenário descrito acima foi através do neoliberalismo, especificamente o ajuste neoliberal nas políticas sociais. Para SOARES (2000:12):

Trata-se de uma crise global de um modelo social de acumulação, cujas tentativas de resolução têm produzido transformações estruturais que dão lugar a um modelo diferente - denominado de neoliberal - que inclui (por definição) a informalidade no trabalho, o desemprego, o subemprego, a desproteção trabalhista e, conseqüentemente, uma “nova pobreza” (...) Neste sentido, o ajuste neoliberal não é apenas de natureza econômica: faz parte de uma redefinição global do campo político-institucional e de relações sociais.

A autora aponta para uma série de implicações tais como: perda da identidade dos direitos sociais, redução da concepção de cidadania, aprofundamento da separação público-privada e a reprodução é inteiramente devolvida à este último, a mercantilização das relações trabalhistas o que acarreta em desproteção, redução do Estado que ocasiona e a ampliação do assistencialismo.

As conseqüências desse processo para as políticas sociais ocorreram essencialmente na orientação das políticas: “(...) nem consumo coletivos nem direitos sociais, senão que assistência focalizada para aqueles com menor capacidade de pressão ou mais humildes, ou ainda os mais pobres. (...)” (SOARES, 200:73). A autora afirma que a saúde, educação, a alimentação, o trabalho e o salário perdem a condição de direitos e se transformam em recursos, agora geridos pelo mercado.

Ela aponta ainda para três estratégias neoliberais na execução das políticas: a descentralização, a privatização e a focalização. Para SOARES (2000:77) a *descentralização* tem se constituído em “(...) mera transferência de responsabilidade sobre serviços completamente deteriorados e sem financiamento para os níveis locais do governo”. Assim o que antes era uma conquista para a elaboração de políticas sociais mais próximas da realidade de cada município, acaba ganhando contornos de transferências de responsabilidade da esfera federal para a municipal com a emergência do neoliberalismo.

A focalização, segundo SOARES (2000), diz respeito à idéia de que os serviços sociais devem ser dirigidos exclusivamente aos pobres, ou como salienta a autora, “os comprovadamente pobres”. A focalização é vista por YASBEK (2001), também, como a falta de articulação entre as políticas sociais.

Observando o quadro abaixo percebemos que a realidade dos municípios da Grande Vitória apenas reproduz, com pequenas exceções, os programas federais em todos os municípios o que confirma o processo de municipalização perversa, todos focalizados na extrema pobreza.

	PROGRAMAS
Vitória	CRAS, Bolsa-Família, BPC, Auxílio Defeso, Cajun, Ações de abrigamento, Rede Criança, Projeto Cidadão Criança-Abordagem de Rua, PETI, Sentinela, Programas de Atenção ao Idoso, Projeto Agente Jovem, Projovem, Odomodê, Rede Jovem, Cine Kbeça, Segurança Alimentar, Programa de Inclusão Social pelo Trabalho, Economia Solidária, Atenção ao Migrante e a população em situação de rua, Atenção à pessoa com deficiência,
Serra	CRAS, Bolsa-Família, Programa Emergencial de Combate à Fome e ao Desemprego, BPC, PETI, PROCAP, Agente Jovem, Programas de Jornada Ampliada, Programas de geração de Emprego e Renda, Programa de Atenção à Pessoa Idosa, Núcleo de atendimento à pessoa com deficiência, PROMINC, Juventude Cidadã, Grupos Produtivos, Serra Cidadã, Plantão Social, SOS 3ª Idade, Sentinela, Casa de Passagem Mirim, Programa e Abrigo Temporário para população de Rua Adulta, Casa de Passagem Adolescente, Projeto Nossa Casa, Casas Lares, Programa de Volta ao Lar, Núcleo de Apoio à Família, Plantão Voltado ao BPC, Pacientes Portadores de Doença Renal Crônica.
Cariacica	CRAS, Programa de Atenção ao Idoso, Programa de atenção ao deficiente físico, Bolsa-Família, Programa de Atendimento à População de Rua, ao Migrante em situação de Rua - Abrigamento, Projeto “Aprender, fazer e vender”, Plantão Social, Abordagem de Rua, Centro de Referência e apoio à Mulher Vítima de Violência, Agente Jovem, PETI, Sentinela, Rede Abrigo, PAC, Rede Preventiva, Liberdade Assistida, Adolescente Aprendiz.
Vila Velha	Plantão Social, CRAS, PETI, Agente Jovem, Sentinela, Casa de Passagem, Programa de Segurança Alimentar, Bolsa-Família, Sine, Menor Aprendiz, Programa do Idoso - Núcleo do Idoso, Procat, Procon e Defensoria Pública.

QUADRO 03: Programas Municipais das Secretárias de Assistência Social.

Podemos perceber que um número significativo de programas que se destinam à transferência de renda tais como o PETI, Projovem, Projeto Agente Jovem, Bolsa-Família dentre outros, sempre numa perspectiva de critérios de seleção por corte de renda que

restringem significativamente o raio de cobertura dos programas, numa abordagem compensatória e focalizada da pobreza como destacou BEHRING (2003).

Acompanhando esse processo há também a privatização total ou parcial dos serviços e para a autora citada a principal consequência tem sido o que ela chama de “dualidade discriminatória”, ou seja, serviços melhores a quem pode pagar e os piores ou a inexistência de serviços a quem demanda o gratuito.

O processo de privatização também pode ser observado na nas falas dos gestores e na análise dos documentos fornecidos pelos mesmos quando esses ressaltam a importância das *Parcerias Público-Privadas*, que nada mais são do que o pagamento à instituições privadas, ONGs (Organização Não Governamental) e Fundações para a execução desses programas. O que acaba também mascarando e justificando a não contratação de pessoal.

No entanto analisando o QUADRO 04 percebemos que se trata apenas da aparência, uma vez que o número de técnicos é imensamente inferior à população, estabelecendo uma relação de 01 técnico para cada 5.397 habitantes. O que nos induz a afirmar que a falta de técnicos é suprida através das Parcerias Público-Privadas.

	NÚMERO DE TÉCNICOS	POPULAÇÃO	TÉCNICO / HABITANTE
Vitória	177	313.312	1.770/1
Serra	71	383.220	5.397/1
Cariacica	57	361.058	6.334/1
Vila Velha	56	405.374	7.239/1

QUADRO 04: Técnicos por Habitantes

Com essa nova realidade imposta pela nova dinâmica do capital o controle social também assume características diferenciadas das que foram pensadas no contexto da Constituição de 1988. Antes de prosseguirmos cabe definirmos o que entendemos por controle social.

D) CONTROLE SOCIAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Para Mészáros (2002) existem diferentes sentidos atribuídos à categoria controle social que expressam projetos determinados de sociedade, aqui estamos entendendo controle social como proposto por CALVI (2007:59): “a construção de um novo tipo de controle social, para além do controle do capital, também ocorre por meio da ‘guerra de posição’ e exige o dispêndio de um longo processo gradual e progressivo. Esta construção exige também a

organização das classes subalternas ou do trabalho pautados num verdadeiro projeto socialista de sociedade”. Ou seja, entendemos o controle social como a apropriação do Estado⁹ pela classe trabalhadora no sentido de construção de uma nova hegemonia do trabalho.

A principal forma de explicitação desse controle social no Brasil se deu através dos Conselhos¹⁰ de Políticas. TATAGIBA (2002) aponta três modalidades de conselhos: os Conselhos de Programas, os Conselhos de Políticas e os Conselhos Temáticos. O tipo de conselho que nos interessa aqui é o Conselho de Políticas ou Setorial, isto porque desde a Constituição de 1988 eles são “indispensáveis para o repasse de recursos federais para os estados e municípios, constituindo-se como peças centrais no processo de descentralização e democratização das políticas sociais”(TATAGIBA, 2002:50). E se caracterizam por serem: “(...) espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais” (TATAGIBA, 2002:54).

Porém, o que se observa no movimento pós-Constituição de 1988 é que esses espaços (por diversas questões, e uma delas com certeza é a nova configuração das políticas sociais neoliberais) acabaram se configurando em espaços de incorporação de interesses do poder público (mesmo sendo espaços numericamente paritários); de cooptação; assumem o papel de fiscalização e não de formulação de políticas públicas; não conseguem retornar às suas bases para compor a agenda do Conselho TATAGIBA (2002). No entanto, a compreensão desses limites não deve provocar o abandono desse espaço, mas apenas deixa evidente que esse é mais um espaço de contradição. Neste sentido concordamos com TATAGIBA (2002) quando afirma que a institucionalização da participação popular nas políticas sociais, via conselho, é um avanço e uma conquista importante.

Neste sentido, cabe também observar como os profissionais ocupam os espaços de participação em Movimentos sociais, Conselhos de Direitos, Sindicatos, pois as formas de participação nos movimentos sociais ou conselhos podem ser mecanismos que possibilitem

⁹ Entendemos Estado como: “(...)o resultado da equação: ‘sociedade civil+sociedade política = Estado Amplo’ (COUTINHO, 1985), em que a sociedade civil tem a função de hegemonia, consenso, direção e a base material nos aparelhos privados de hegemonia, a sociedade política possui a função de ditadura, coerção, domínio e a base material nos aparelhos coercitivos e repressivos.” (CALVI, 2007:55).

¹⁰ Segundo TEIXEIRA (2000) os Conselhos têm três origens distintas: 1) a Comuna de Paris e os Soviets; 2) os Conselhos de Fábrica ou Conselhos Populares e 3) os Conselhos que surgem nos países de capitalismo avançado como forma de atender à grupos de pressão em demandas relacionados ao consumo de bens coletivos, como instrumentos de descentralização e participação.

ao profissional uma interlocução com a realidade fora da instituição, aproximando-o da realidade de uma forma crítica e/ou ainda abrindo a instituição para possíveis articulações que permitam uma intervenção que realmente assegure direitos aos seus usuários. No entanto, observando os dados, GRÁFICO 03, percebemos que dos 16 técnicos, 11 deles, ou seja, 68.75% , não participam de nenhum movimento, conselho ou sindicato. E como reconhecer a demanda do usuário por controle social se os próprios profissionais não ocupam os espaços?

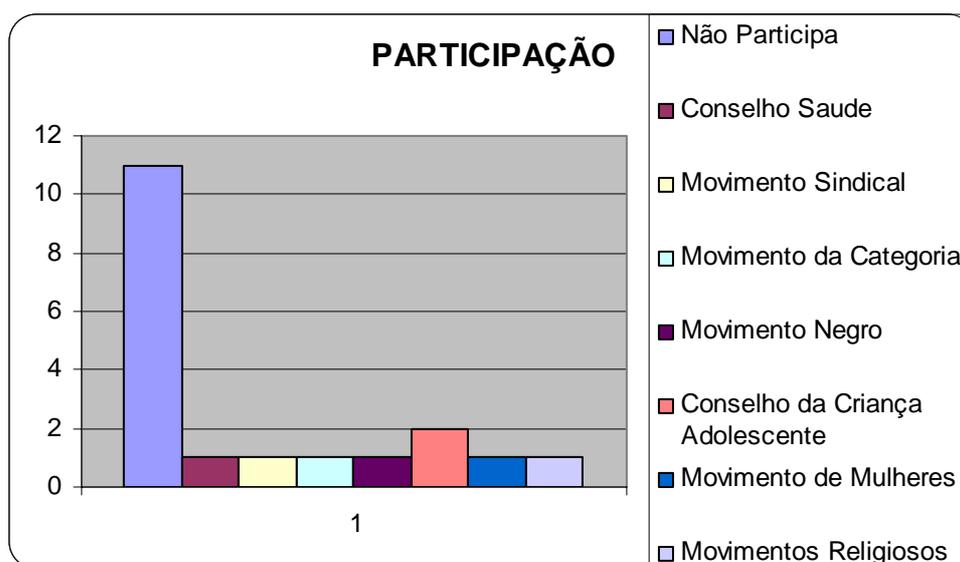


GRAFICO 03: PARTICIPAÇÃO

Esse dado é importante para a construção do controle social alternativo à medida que como afirma MOTA (2006) os desafios colocados ao Serviço Social são novas modalidades de produção e reprodução social de trabalho que mediadas pelo mercado de trabalho, requisitam a refuncionalização de procedimentos operacionais que assumem a condição de demanda à profissão. Para ela, esse processo acontece em dois planos: um que se relaciona com questões que afetam diretamente ao exercício profissional, que é mais visível; e outro que se refere tanto ao surgimento de novas problemáticas relacionadas às competências profissionais estratégicas, quanto à elaboração de proposições teóricas, políticas, éticas e técnicas.

Assim, para a autora citada acima, as características do mercado de trabalho do assistente social oferecem informações importantes para que se identifiquem as necessidades sociais

que não se manifestam nas demandas profissionais. Mas as demandas não podem se confundir com as necessidades sociais propriamente dita. Em síntese, as demandas são requisições técnico-operativas que, através do mercado de trabalho, dão forma corpórea às exigências dos sujeitos demandantes, pois elas contêm uma verdadeira teleologia dos requisitantes.

Por esta razão, identificar a demanda não finaliza o desvelamento das reais necessidades que as determinam. Mota (2006) destaca que apesar de ser um campo extremamente rico de indicativos, as características atuais do mercado de trabalho, não têm condições de evidenciar as conexões de natureza política que atravessam as novas exigências da profissão. Assim, é necessário refazer o trajeto entre a demanda e as necessidades fundantes, tendo em conta a sociedade capitalista contemporânea.

Analisando os dados tanto dos gestores como dos profissionais percebemos de uma forma geral, há uma reprodução mecânica dos objetivos dos programas em que os profissionais estão inseridos, sem levar em conta as especificidades da profissão, ou seja, pensar qual o objetivo e a finalidade do Serviço Social na instituição, e em que medida ela se diferencia das demais profissões que compõem a equipe de trabalho. Outro aspecto que se destaca é a utilização de termos/expressões usuais nos programas como: “famílias em risco social”, “vulnerabilidade social”, “atenção integral à família” sem uma reflexão crítica a respeito do que eles significam.

Percebemos três tendências: a primeira foi identificada como **Respostas Imediatas** uma vez que não se vinculam com a realidade local e da profissão, e não se conectam com a questão social e com as necessidades sociais. Em seguida, foi identificada a tendência que chamamos de **Individualização da Demanda**, pois remete a uma visão subjetivista da profissão que busca uma orientação individualizada como se a resposta às demandas colocadas pelos usuários fosse individual e não coletiva. O que nos remete à descrição das demandas para a profissão na década de 90, apontada por Silva (1995:65) no QUADRO 01: “prestação de serviços assistenciais diretamente a indivíduos por processos marcados pela seletividade e elegibilidade”. Ou seja, esses profissionais assumem o caráter impresso nas políticas sociais neoliberais como algo natural. A terceira e última tendência: a **Demandas Burocráticas**, foram assim identificadas por apresentarem as respostas onde os profissionais relatam as atividades/ações desenvolvidas pelas equipes de trabalho sem

abordar as especificidades das demandas para o Serviço Social e, acima de tudo, como uma prática mecânica que expressa as demandas como mera rotina de trabalho.

Já no que se refere à demanda dos usuários, o aspecto que se destaca é a percepção institucionalizada da demanda do usuário como se esse viesse buscar somente os serviços que a instituição está disposta a oferecer, o que nos indica que o profissional não consegue ultrapassar a imediatividade das demandas, assim agrupamos as respostas que apresentavam essa tendência como: **Institucionalização**. Uma outra tendência identificada foi a **Orientação** que se vincula a uma visão educativa da profissão e se relaciona a uma orientação individualizada como se a resposta fosse individual e não coletiva. E por último, identificamos a tendência que percebe as demandas dos usuários como **Direitos Sociais**. Essa tendência foi assim denominada por que no discurso do profissional há uma relação da demanda com os direitos sociais. No entanto, esse direito ainda se mostra de forma muito incipiente, sem deixar claro como a demanda se expressa.

Identificação das Demandas do Usuário.		
Institucionalização	Direitos Sociais	Orientação
<p>“Cestas Básicas, Vale Transporte, Auxílio Natalidade, Auxílio Funeral, BPC”.</p> <p>“Auxílio cesta básica, Auxílio, auxílio vale transporte, auxílio natalidade, auxílio funeral, bolsa-família, etc.”</p> <p>“Cesta Básica, Auxílios entre outros.”</p> <p>“Inserção nos programas. Acesso a Vale Transporte, medicamentos, consultas e cestas básicas. Recebimento de preservativos. Orientações diversas.”</p> <p>“Benefício de CB, Vale transporte, auxílio natalidade, funeral... questões de relacionamento familiar, criação de filhos.”</p> <p>“Demandas habitacionais (áreas de interesse ambiental, área de risco e risco estrutural)”.</p> <p>“A igualdade de tratamento</p>	<p>“O usuário demanda por direitos de moradia, encaminhamentos ao mercado de trabalho, e outros direitos de forma geral. Que o profissional seja a sua ponte ante o poder público e que assuma a postura muitas vezes de tutela e assistencialista.”</p> <p>“Implementação de Políticas Públicas que favoreçam a geração de trabalho e renda”</p>	<p>“Orientações em relação ao BPC e INSS; Visitas Domiciliares; Violência Doméstica; Dependência química; saúde mental; Vale transporte; Cesta básica; Leite em pó, fraldas, óculos.”</p> <p>“Visitas Domiciliares; Vale Transporte; Cesta de Alimentos; Orientação sobre como proceder em casos de violência doméstica; orientação e encaminhamento ao CAPs à Casos de uso abusivo de álcool e outras drogas; Orientação sobre benefícios Previdenciários e BPC-LOAS, dentre outros.”</p> <p>“Orientação para atendimento em outros serviços, esclarecer sobre rotina do programa, trabalhar a adesão do tratamento, viabilizar atendimento a fim de reverter situação de penúria existência/social.”</p> <p>“Informação de sua participação e respostas para questões referentes às intervenções previstas na área onde reside”</p>

<p>independente de sua raça/cor por toda a sociedade.”</p> <p>“Resolução de conflitos familiares, geralmente em relação à separação, pensão alimentícia, guarda, dissolução de União Estável. Encaminhamento para a assistência jurídica gratuita”.</p> <p>“Benefício de Prestação continuada (Idosos, deficientes incapazes trabalho), Benefício PBF, Benefício PFC, PAC.”</p> <p>“Ser inserido nos programas, participar das atividades e ter acesso a condutas que minimizem seus males.”</p>		
--	--	--

QUADRO 03: DEMANDAS DO USUÁRIO

Comparando o quadro acima com o QUADRO 03 (página 11) podemos perceber que tanto os gestores quanto os técnicos entendem a demanda social pela via da institucionalização e não pela via do que é demandado pelos usuários dos programas sociais, expressando o total negligenciamento das demandas do usuário.

A política social é o espaço de explicitação das demandas sociais que são conformadas pelo cenário da acumulação flexível e das mudanças no mundo do trabalho que podem sofrer influências das formas de controle social como já trabalhado acima.

CONCLUSÕES PRELIMINARES:

A reestruturação no mundo do trabalho, imposta pela nova dinâmica do capital, trouxe novas formas de enfrentamento da questão social, e uma delas são as políticas sociais neoliberais espaço de explicitação das demandas sociais. A partir da análise dessas políticas identificamos a perda da identidade dos direitos sociais, redução da concepção de cidadania, aprofundamento da separação público-privada. Acarretando em desproteção, redução do Estado e conseqüentemente em ampliação do assistencialismo. Percebemos, também, que as demandas sociais têm sido percebidas como uma questão individual, e não no seu caráter coletivo, o que as despolitiza e nega respostas coletivas para elas. Ou ainda o

não reconhecimento da demanda do que é solicitado pelos usuários dos serviços públicos, por não fazerem parte dos pacotes oferecidos, tais como a demanda por participação no controle social dos serviços prestados, organização para efetivar o controle social. Desta forma reconhecem a demanda institucional e negligenciam a demanda dos usuários. Entendemos, assim, que a nova configuração das políticas sociais neoliberais não permite que as demandas sociais sejam devidamente identificadas, e destacamos ainda que o reconhecimento das demandas apenas no seu aspecto individual distancia significativamente essas políticas das propostas de emancipação e cidadania possível nesta sociedade.

IV - BIBLIOGRAFIA:

ANTUNES, Ricardo. As respostas do capital a sua crise estrutural: A reestruturação produtiva e suas repercussões no processo de trabalho. In__ : **Os sentidos do trabalho: Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 6 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. cap. 3, p. 35 – 59.

ANTUNES, Ricardo. Qual a crise da sociedade do trabalho? In__ : **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2005. cap. 4, p. 81-101.

CALVI, Kettini Upp. **Serviço Social e Conselhos de Políticas e de Direitos**: contradição entre o Projeto Ético-político e a condição de assalariamento. 2007. Dissertação (Mestrado em Política Social), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

CARCANHOLO, Reinaldo A.; NAKATANI, Paulo. **O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização**. Ensaio FEE, v 20, nº. 1. pp. 264-304. Porto Alegre, junho de 1999.

HARVEY, David. Do fordismo à acumulação Flexível. In: __ : **Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. 12 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992. cap. 9, p. 135- 162.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Transformações societárias, alterações no “mundo do trabalho” e Serviço Social. **Ser Sócia: Revista de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social na Universidade de Brasília**. Brasília, n. 6, janeiro a junho de 2000.

MARX, Karl. A Mercadoria In: **___ O Capital, Crítica à Economia Política**. Livro Primeiro, volume 01. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MOTA, Ana Elizabete (Org.). **A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas do serviço social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Cultura da Crise e Seguridade Social**: Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NAKATANI, Paulo. **A questão metodológica na discussão sobre a centralidade do trabalho**. [S. I.: s.n., 20--]

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XVII, n. 50, abril de 1996.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PONTES, Reinaldo Nobre. Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. In: **___: Cadernos de Capacitação**. [S.I.: s.n.] 2000.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos do Ajuste Neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Contextualizando o Serviço Social no Processo Histórico Brasileiro. In__ : ***O Serviço Social e o Popular: resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura***. São Paulo: Cortez, 1995, cap. 1, p. 23-70.

TATAGIBA, Luciana. Os conselheiros Gestores e as Políticas Públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 47-103.

WEISSHAUPT, Jean Robert. **As funções sócio-institucionais do Serviço Social**. São Paulo. Cortez, 1988.